

AS DUAS DÉCADAS DOS ANOS 70

Maria Rita Kehl

Não sou historiadora. Não sei fazer história sem contar uma história. Neste caso, o que tenho para contar está diretamente relacionado com o que vivi; não se trata de uma história, mas de muitas. Perco a conta, não sei por qual ponta do fio devo começar a puxar. O tempo não é um fio, é um tecido de muitos fios cruzados. Impossível seguir o traçado de todos; puxando três ou quatro, já se faz um buraco na trama do tempo. Tento seguir alguns fios, mas nada garante que eu não vá me perder no percurso.

Posso falar de pelo menos duas décadas de 1970 no Brasil. A primeira começou no dia 13 de dezembro de 1968. Isso mesmo. O Ato Institucional nº 5, AI-5, encerrou precocemente nossa promissora década de 1960. Embora o regime militar tenha começado em abril de 1964, durante os quatro anos seguintes o país ainda não tinha abandonado as grandes esperanças inauguradas no curto período do governo João Goulart. Não eram esperanças propriamente revolucionárias, mas as reformas sociais e estéticas que se tentava implantar traziam ares de revolução para um país que se modernizava tão tardiamente como o nosso.

Os anos 60 chegaram a mim, estudante paulistana de classe média em um colégio de freiras progressistas — mas nem tanto —, como um eco longínquo. O mais próximo era a Teologia da Libertação e o método de alfabetização de adultos criado por Paulo Freire, que utilizávamos, encantadas, no trabalho social em uma favela próxima. O resto vinha pelas notícias de jornal. Greves e passeatas por pão e liberdade; o movimento estudantil a mil: “A UNE somos nós/a UNE é nossa voz”. A juventude engajada, politizada, armada; uma geração de jovens heróis.

Além disso, toda a produção cultural que contava era de esquerda depois do golpe militar. A música de protesto e a tropicália fizeram a elegante bossa nova e a ingênua jovem guarda parecerem brincadeiras de salão; os festivais musicais da TV Record lançavam a cada ano novos talentos e novas palavras de ordem. O teatro de José Celso Martinez Corrêa, com *Roda Viva*, de Gianfrancesco Guarnieri, com *Arena Conta Zumbi*, e do pessoal do Teatro da Universidade Católica, Tuca, encenando *Morte e Vida Severina*. Havia o cinema novo, que os adolescentes como eu admiravam sem entender muito bem. Glauber Rocha e

Caetano Veloso, Chico Buarque e Hélio Oiticica, Geraldo Vandré e Carlos Marighella.

O AI-5 sufocou toda essa efervescência, fechou o Congresso, prendeu as lideranças estudantis reunidas em Ibiúna, fez muita gente sair às pressas do país; autorizou prisões sem julgamento e facilitou que muitos assassinatos fossem abafados. Assim terminou melancolicamente a década de 1960 no Brasil.

Os anos 70, que iniciaram em 1969, foram terríveis. Todo mundo parecia apoiar a ditadura. Os brasileiros começaram a década torcendo pelo Brasil na Copa, “80 milhões em ação”, unidos em torno da excelente seleção, que levou o tricampeonato. A vitória deu grande prestígio a Emílio Garrastazu Médici, o militar de plantão no governo. O plano econômico, apelidado de “milagre brasileiro”, além de enriquecer ainda mais a burguesia — grande novidade! —, propiciou a expansão da classe média e elevou os padrões de consumo de muitas famílias: eletrodomésticos, um carro, o segundo carro, financiamentos da casa própria pelo Banco Nacional da Habitação, BNH.

Mas, principalmente, o começo dos anos 70 marca o início da era da televisão no Brasil. Ocorre a consolidação da Rede Globo, vista com grande simpatia pelos militares. Surgem a televisão colorida, que as famílias compravam à prestação para ver o *Fantástico*, primeiro programa gravado em cores, e o videoteipe, que possibilitou a unificação da programação. As telenovelas tornam-se o carro-chefe da audiência dessa emissora em todo o país, e o *Jornal Nacional* passa a veicular a falsa imagem de que o Brasil é a “ilha de paz e tranquilidade” amada pelo presidente Médici. A televisão beneficia-se com a expansão da rede de retransmissão da Embratel, patrocinada pelo governo para levar uma mesma versão dos fatos a todos os pontos do país.

Pois é, a década de 1970 começou repressiva, sanguinária e careta. O “povo brasileiro” parecia gostar da ditadura. Os poucos heróis que tentavam fazer a guerrilha foram se isolando, sem respaldo, nem dos camponeses, nem do proletariado. O país estava triste e ufanista ao mesmo tempo. Esse período coincidiu com minha entrada na Universidade de São Paulo, USP, num ambiente de medo e mediocridade que não fazia justiça à fama da maior universidade do Brasil. Os melhores professores foram cassados, afastados ou estavam (os que sobraram) cautelosos com o que diziam. Os grêmios estudantis estavam fechados ou reduzidos à função de organizar festinhas e trotes para os calouros. Aos poucos, fomos sabendo que alguns colegas, lutando contra o governo em organizações clandestinas, eram mortos pelos militares. Yara Iavelberg, a companheira de Carlos Lamarca, tinha sido aluna da Faculdade de Psicologia, onde eu estudava. Alexandre Vanucchi Leme, que fazia ciências

sociais, foi morto em 1973. Dom Paulo Evaristo Arns fez celebrar missa em sua memória, na Sé, que serviu como tímida manifestação estudantil contra a brutalidade da ditadura.

Quando, em 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi torturado até a morte e os militares tentaram fazer valer a versão de um suicídio, a oposição começou a pegar fogo outra vez. Do fim de 1975 até 1979, voltamos a viver em passeatas e os operários do ABC paulista fizeram greves cada vez mais expressivas. Novas lideranças cresceram, Lula era um fenômeno novo e inesperado em São Bernardo, um líder espontâneo, formado fora dos partidos políticos, de grande força e carisma. O Brasil foi se encaminhando aos poucos na direção de uma democracia que, mesmo com a anistia, a Constituinte e as eleições diretas para presidente na década de 1980, ainda está devendo muito a todos os que lutaram ou morreram por ela.

A REVOLUÇÃO MOLECULAR: MUDAR A VIDA PARA MUDAR A SOCIEDADE

*Something inside that was always
denied for so many years...*

She's leaving home, bye, bye.

She's Leaving Home John Lennon e Paul McCartney

Pois é, comecei a tentar contar uma década inteira e fui levada a escrever sobre a ditadura, a política, a repressão. Puxei um dos fios possíveis, talvez o mais importante de todos. É que a ditadura nos uniu, produziu certa unanimidade, pelo menos entre a juventude universitária, que dava um sentido maior às nossas vidas. Mas na vida cotidiana, miúda, outras coisas iam acontecendo; nem tudo estava previsto no projeto dos militares. Na segunda metade da década de 1970, coisas importantes ocorriam no âmbito do comportamento, dos costumes, do modo de vida — pelo menos dos jovens da classe média urbana e universitária. Eram os efeitos das reviravoltas causadas pelos estudantes europeus e norte-americanos, no fim dos anos 60, que chegavam com certo atraso aqui. Não sei se foi a crise internacional do petróleo, causada pelo aumento de preços imposto pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo, Opep, que enfraqueceu os efeitos do milagre econômico brasileiro, ou se ele iria arrefecer de qualquer jeito porque, em economia, não existem milagres, só truques de curta duração.

O fato é que a credibilidade da ditadura foi diminuindo e as tais “brechas no sistema” apareceram.

No entanto, ou por isso mesmo, a militância política dentro das organizações clandestinas de esquerda ficou quase impossível. A ditadura, acuada, prendia e matava sem hesitação. Por efeito do medo ou das sucessivas derrotas, a luta armada contra a ditadura esvaziou-se e surgiram outros modos de resistência: táticas de convencimento, luta ideológica, debate público. Nasceram os tablóides independentes, jornais sustentados muitas vezes por organizações ou partidos políticos proscritos — como o Partido Comunista e o Partido Comunista do Brasil —, que na medida do possível (existia censura prévia a todos os meios de comunicação, ao teatro, ao cinema!) discutiam seus projetos e alternativas políticas ao regime militar, criticavam o sistema e tentavam combater a doce alienação da classe média. Jornais como *Opinião*, *Movimento*, *Versus*, *Bondinho* e, mais tarde, *Em Tempo* (nascido de uma cisão do *Movimento*), *Rádice e Luta e Prazer*, do Rio de Janeiro, além de uma imprensa sindical pobre mas muito atuante, propunham a pauta dos avanços da oposição.

Ainda não consegui chegar ao ponto que toca no que chamávamos, parafraseando o filósofo e psicanalista francês Félix Guattari, de revolução molecular, as grandes transformações que minha geração tentou fazer no âmbito da vida privada. Aqui sim, acho que posso falar especificamente de uma geração. A geração que deixou a casa dos pais, não para estudar em outra cidade, ou para entrar para a luta armada na clandestinidade, mas simplesmente para viver de outro modo, recusando qualquer atitude consumista, aderindo a uma certa estética da pobreza e evitando (pelo menos era o que pretendíamos) trabalhar em qualquer coisa que contribuísse para fortalecer o capitalismo.

Para mim, a década de 1970 para valer começou em 1974, quando deixei a casa de meus pais para viver com um grupo de amigas num pequeno apartamento em Pinheiros, São Paulo. Naquele momento descobri que existia uma outra cidade dentro da cidade que eu imaginava conhecer. Uma cidade de jovens morando em comunidades, ocupando em bandos sobradinhos e sobradões no Butantã, em Pinheiros e na Vila Madalena (bairros preferenciais, por serem vizinhos da Cidade Universitária e ainda oferecer aluguéis baratos), e que se reuniam com frequência em grandes festas armadas de uma hora para outra, de produção baratíssima, para celebrar nada além da nossa liberdade recém-conquistada.

Fomos a última geração do famoso conflito de gerações, que começou no pós-guerra e terminou no fim da década de 1980. A última geração que teve de enfrentar um abismo de projetos e referências ideológicas e estéticas em relação aos próprios pais. Jovens de classe média que dispensavam o conforto da casa paterna para viver sem carro, frequentemente sem telefone (comecei

trabalhando como jornalista free lancer, e tinha um trabalho dobrado para marcar entrevistas falando do orelhão da esquina), sem televisão — esse era um ponto de honra para nós — e muitas vezes (mas nem sempre) sem mesada. Descobri uma rede de comunidades, muito diferentes das tradicionais repúblicas estudantis, porque sua população não se formava apenas por necessidade de dividir um aluguel, mas por afinidades eletivas. Algumas eram compostas de gente de esquerda, militantes em tempo integral; outras de grupos de neo-hippies (o movimento hippie propriamente dito tinha ficado para trás, na década de 1960) que ainda acreditavam em viver de artesanato, ioga e maconha. Havia as comunidades mais liberadas, que propunham sessões de sexo grupal e ausência de vínculos estáveis entre os casais.

Mas a maioria, evidentemente, não tinha um perfil assim tão caricato. Eram grupos de amigos que tentavam conciliar a vida pessoal com alguns ideais de vida antiburgueses, que esperávamos que pudessem revolucionar o mundo. Sabíamos que as escolhas da vida privada também são escolhas políticas; havia um certo heroísmo e uma certa ingenuidade em acreditar que poderíamos virar a vida do avesso, superar todos os nossos hábitos, toda a cultura em que tínhamos sido criados. Tentamos inventar um estilo de vida, uma estética e uma moral que fossem totalmente diferentes daquelas das classes médias em ascensão no período do milagre brasileiro. Nós não deixamos a família “para casar”, com a bênção dos pais e a casa montada com os presentes tradicionais. Nossas casas eram despojadas, nossos sofás eram almofadas espalhadas pelo chão, nossas camas eram tatames, não contratávamos empregadas — vou passar por cima do quesito da limpeza da casa! —, usávamos poucos eletrodomésticos, cozinhávamos nossa comida e propúnhamos uma divisão solidária do trabalho doméstico: todos ajudavam em tudo, espontaneamente ou em turnos. O que, é claro, favorecia muito encosto, muita malandragem dos “companheiros menos conscientes”, que não tinham o menor escrúpulo em deixar que outros fizessem o trabalho por eles.

Não posso deixar de mencionar, pelo menos em São Paulo e talvez no Rio, a forte influência da chegada de muitos exilados argentinos, que vinham para cá fugindo de uma ditadura mais sanguinária que a nossa. Todo mundo tinha um amigo ou um conhecido argentino, que um dia chegava de mochila nas costas para dar um tempo e acabava morando conosco, trazendo seus hábitos, seu mate, seu churrasco, suas histórias, suas perdas, seu senso de humor especial, sua cultura, enfim. Além disso, a revolução cubana não estava tão longe assim, e apostávamos numa unidade latino-americana contra o imperialismo ianque. Líamos Julio Cortázar e García Márquez, ouvíamos Tarancón e Mercedes Sosa,

ampliando as fronteiras simbólicas de nosso sentimento de nação. Do outro lado, o Nordeste também era uma referência forte. Depois dos baianos, muitos outros músicos e poetas começaram a fazer sucesso no “sul maravilha” (a expressão é de Henfil, outro sucesso na época). Entramos em contato com a poesia e a inteligência de um pedaço do país que até então só era notícia quando a seca fazia muitos flagelados. Foi a época das viagens mochileiras, de ônibus, trem ou carona, para as praias perdidas do Ceará ou para as alturas de Machu Picchu. No meu caso, não viajei no trem da morte, mas percorri o Nordeste inteiro com meu namorado, no verão de 1976, dormindo na casa de pessoas desconhecidas, que nos acolhiam e se tornavam logo íntimas quando dizíamos que fazíamos parte do jornal *Movimento*, com o qual muitos jovens nordestinos também se identificavam.

Talvez o ponto forte de nossa revolução molecular tenha sido a revolução sexual, tal como proposta pelo psicanalista Wilhelm Reich, um “maldito” (nós confiávamos em todo autor que levasse a pecha de maldito) expulso tanto da sociedade psicanalítica de Freud quanto do Partido Comunista alemão, em que tentou organizar um serviço de orientação sexual para os jovens militantes chamado “sexpol”, convencido de que a repressão sexual era o grande fundamento da servidão voluntária. Até hoje concordo parcialmente com ele, a repressão sexual consentida nos aliena de uma parte essencial de nosso desejo e nos torna presas fáceis de compensações secundárias e de uma submissão da qual não temos consciência. Mas hoje, que o sexo “liberado” virou uma mercadoria entre outras, agregando valor à economia capitalista globalizada, percebo a ingenuidade de nossa convicção sobre o caráter revolucionário da onda de liberação sexual que começou na década de 1950, com a industrialização dos anticoncepcionais, explodiu no fim dos anos 60 e nos beneficiou no melhor período de nossa juventude.

Beneficiou-nos, mas não deixou de cobrar seu preço. Foi muito bom para as moças da minha geração perder a virgindade sem culpa, fora do casamento. Foi bom poder diversificar a experiência sexual, ter parceiros diferentes, aprender, perder preconceitos, perder o medo e, para as mulheres, saber que o primeiro homem não tem de ser necessariamente o definitivo. Mas tentamos abolir a posse e o ciúme das relações amorosas e com certeza não conseguimos; não reprimamos a atração que sentíamos pelo amigo que dormia no quarto ao lado, mas tínhamos de esconder o ciúme e a dor que sentíamos quando era nosso parceiro que fazia a mesma coisa. Além disso, nem todo mundo conseguia ter muito prazer nas experiências de sexo rápido e fortuito que se tornavam, mais que uma possibilidade, quase uma obrigação.

Nós não podíamos saber que nossa revolução sexual prefigurava a ideologia que prevaleceu a seguir, da cultura do narcisismo, do individualismo, do gozo vendido a preço de banana pela indústria do entretenimento. O mercado respondeu às nossas tentativas de mudar o mundo, vendeu nossos sonhos, transformou nossa resistência em mais uma mercadoria para mistificar os otários. Ainda me lembro quando, pela primeira vez, vi o anúncio de uma marca de jeans: “Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”. Parecia familiar, mas com algumas diferenças. O modelo que usava jeans na foto do outdoor estava numa típica cena de *road movie* americano, tocando gaita num vagão de trem de carga — vocês já viram essa cena dezenas de vezes no cinema. O que eu não sabia era que aquela propaganda, dirigida aos consumidores da minha geração, marcava — acho que o ano era 1981 — o fim da nossa década de 1970.